



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA A CARREIRA DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 01/2018

BOLETIM DE PROVA
CARGO: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

INSTRUÇÕES GERAIS AOS CANDIDATOS

1. Confira se este boletim contém 60 questões.
2. Verifique se não há imperfeições gráficas. Caso exista algum problema, **comunique imediatamente ao fiscal de sala.**
3. Confira atentamente se o **Boletim de Questões** está completo, com todas as páginas e questões devidamente impressas, e se corresponde ao **curso** que pleiteia vaga.
4. Confira se seu **nome** e o seu **número de inscrição** conferem com os que aparecem no Cartão de Respostas. Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do Cartão de Respostas e Boletim de Questões.
5. O tempo disponível para esta prova é de **4 (quatro) horas.**
6. Para preenchimento do Cartão de Respostas, você deverá utilizar caneta esferográfica com tinta **azul** ou **preta de material transparente.**
7. Será permitido ao candidato levar o Boletim de Questões, após decorridas 03 (três) horas do início da prova.
8. Ao final da prova, o candidato deverá entregar aos fiscais de sala o **Cartão de Respostas** devidamente assinado.

ATENÇÃO: Preencha somente uma resposta por questão. Mais de uma marcação anulará a questão.

Assinatura do Candidato: _____ Nº. Inscrição _____

BOA PROVA!

GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.
41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.	49.	50.
51.	52.	53.	54.	55.	56.	57.	58.	59.	60.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

Nós, representantes de múltiplas partes interessadas presentes no 8º Fórum Mundial da Água denominado “Compartilhando Água”, considerando a convergência de todas as declarações produzidas durante o Fórum, pedimos uma mobilização urgente de todos os setores para garantir um futuro sustentável para o nosso mundo e nos comprometemos a enfrentar os crescentes desafios da água.

PREÂMBULO

Sustentabilidade significa que o desenvolvimento humano é construído em harmonia com o meio ambiente. Isso conduz ao respeito pela biodiversidade, pelos direitos humanos (especialmente o Direito Humano à Água e ao Saneamento de 2010) e responde às necessidades básicas de uma vida digna (saúde, alimentação, energia, educação). Refere-se a medidas de crescimento econômico, resiliência, mitigação e adaptação para enfrentar desastres naturais e os causados pelo homem, incluindo mudanças climáticas, respostas a emergências e a provisão de um ambiente cooperativo para a prevenção e solução pacífica de conflitos.

A água está entre os recursos mais ameaçados e mais necessários para a humanidade e para os ecossistemas do planeta (especialmente as águas subterrâneas e as grandes bacias, como a Amazônica), a biodiversidade e o clima.

Sua governança e gestão adequadas são essenciais, integrando áreas urbanas e rurais para alcançar o desenvolvimento sustentável (alimentos, energia, saúde, atividades econômicas, desenvolvimento de cidades, educação, gênero), bem-estar e direitos humanos. O progresso na gestão da água não é apenas um objetivo *per se*, mas também uma contribuição fundamental para o sucesso global da maioria dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ADS). Atingir as metas de água é crucial para o sucesso de toda a ADS. Por exemplo, assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos é uma condição necessária para acabar com a pobreza e a fome, melhorar a qualidade de vida e atingir a maioria das outras metas ambiciosas propostas na Agenda 2030.

As questões relativas à água não podem ser

abordadas em contextos onde a paz, os direitos humanos, a equidade, o respeito pelo gênero, a igualdade e a educação estão ausentes. Devido à natureza transversal da água, especialistas e outras partes interessadas no tema devem melhorar a cooperação com outros setores e olhar “*fora da caixa de água*”.

RECOMENDAÇÕES

Consideramos que as atuais políticas de recursos hídricos não serão suficientes para atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Solicitamos ao Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (HLPF, julho de 2018) que dê um incentivo vigoroso para alianças cooperativas, reformas no setor de água e inovações financeiras.

Os desafios globais da água estão aumentando. A ação rumo às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionadas à água deve ser implementada sem demora e alcançada no devido tempo: não há muito tempo até a primeira revisão da Meta 6 sobre a água em julho de 2018 pelo HLPF.

Apelamos à intensificação do apoio às Nações Unidas pelos seus Estados-Membros e ao desenvolvimento ao mais alto nível de um diálogo político e reuniões regulares da ONU sobre a água. Isto deve ser apoiado pelo fortalecimento de plataformas com múltiplos atores, incluindo cientistas, profissionais do setor público e privado, parcerias nacionais, sociedade civil, doadores e tomadores de decisão.

A cooperação internacional baseada na “Década das Nações Unidas” deve ser promovida e ativamente coordenada com os principais Tratados.

As metas do ODS 6 não podem ser atingidas com as políticas atuais. Nós, juntos, devemos nos comprometer com a implementação de boas práticas (muitas das quais foram apresentadas durante o 8º Fórum Mundial da Água), bem como com uma melhoria drástica na governança da água.

Nós particularmente chamamos a atenção para algumas das principais condições de sucesso:

1. Os governos devem anunciar os compromissos nacionais que incrementem sua determinação de alcançar as metas do ODS 6 e de outros ODS relacionados à água, engajando todos e começando pelos mais vulneráveis, incluindo populações deslocadas de forma forçada e dando um apoio dedicado aos Estados frágeis;
2. Ferramentas e instrumentos financeiros

inovadores em todos os níveis precisam ser desenvolvidos para garantir o progresso efetivo em direção às metas do ODS 6;

3. A paz, a estabilidade e a prevenção de conflitos devem ser garantidas através de alianças e arranjos diplomáticos inteligentes, bem como da cooperação transfronteiriça sobre a água, incluídas nos tratados internacionais, com base em soluções em que todos ganham;

4. As medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas devem ser orçadas e implementadas em todas as escalas relevantes com o apoio da comunidade internacional, se necessário;

5. O monitoramento e a informação precisam avançar e ser melhor usados. Os indicadores atuais não são suficientes para monitorar as metas estabelecidas pelos países nos ODS e novos subindicadores precisam ser antecipados. É necessária a finalização pela Comissão de Estatística da ONU da metodologia de indicadores da Camada III em relação à Água;

6. Conhecimento, ciência (incluindo ciências humanas), tecnologia e inovação em geral, incluindo a do conhecimento tradicional, devem orientar os formuladores de políticas e contribuir para reforçar a capacidade dos governos locais e dos cidadãos;

7. A segurança jurídica e econômica deve fortalecer os setores público e privado responsáveis pelos serviços de abastecimento de água e saneamento, com foco na universalização, transparência e modicidade tarifária, devendo reconhecer abordagens baseadas na comunidade;

8. As empresas precisam valorizar e integrar a água em suas estratégias, materialidade e processo de tomada de decisões e compartilhar boas práticas em gestão de recursos hídricos;

9. O valor da água deve ser entendido além do seu sentido econômico reconhecendo-a como patrimônio cultural, medicinal, tradicional e social. O sistema de ensino deve transmitir isto aos mais jovens, começando pelos mais vulneráveis;

10. As questões da água não devem mais ser consideradas isoladamente, concentrando-se apenas na parte terrestre do ciclo da água (das nascentes à foz, incluindo as águas subterrâneas), mas têm de estar fortemente relacionadas aos oceanos e à atmosfera, como um ciclo único. Em todas as instituições e processos de tomada de decisão, abordagens setoriais devem ser questionadas e ferramentas devem ser construídas para garantir a coerência. A gestão integrada eficiente da água precisa ser implementada nos diferentes níveis da bacia

hidrográfica. A sustentabilidade da água depende criticamente da conservação, restauração e manejo adequado dos ecossistemas, como as florestas. Soluções baseadas na natureza, especialmente para sustentar um novo modelo de cidade, não são opcionais;

11. Espera-se uma colaboração e cooperação forte, democrática e inclusiva envolvendo a sociedade em geral. Deve reunir as comunidades de povos indígenas e grupos minoritários, setor privado e financeiro, acadêmicos e formuladores de políticas, parlamentos e autoridades locais e associações nacionais de recursos hídricos. Um reconhecimento específico da contribuição de mulheres e jovens para o setor é obrigatório;

12. A assistência humanitária não é uma escolha. Deve ser um compromisso para todas as nações do mundo. Requer financiamento global e governamental suficiente e apoio aos mecanismos de coordenação existentes (grupos e plataformas de coordenação nacional), de resposta a crises (conflitos, grandes desastres naturais), medidas de preparação e estratégias transicionais de reabilitação.

DIRETRIZ FINAL

Afirmamos que as Nações Unidas e os governos, assim como todas as sociedades, devem considerar a água como uma necessidade para alcançar a sustentabilidade. Nenhuma solução para questões hídricas pode ser encontrada sem progresso para a Sustentabilidade em muitos outros setores. Reconhecer o Direito Humano à Água e ao Saneamento em 2010 e dedicar um ODS específico à água e ao saneamento em 2015 têm sido passos importantes nesse sentido. No entanto, ainda há esforços a serem realizados além do setor de recursos hídricos para desenvolver políticas holísticas e evitar abordagens fragmentadas.

(DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE. 8º Fórum Mundial da Água: compartilhando água. Brasília, Brasil, 2018. Disponível em <http://www.worldwaterforum8.org/pt-br/node/943/> Acessado em 29 de março de 2018.)

TEXTO II

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de

vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

TERRA, NOSSO LAR: A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

A SITUAÇÃO GLOBAL: Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas: ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

DESAFIOS PARA O FUTURO: A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários

para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções incluídas.

RESPONSABILIDADE UNIVERSAL: Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza. Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais serão guiados e avaliados.

O CAMINHO ADIANTE: Como nunca antes na história, o destino comum nos conchama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que

aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

(CARTA DA TERRA. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/8071-carta-da-terra>. Acessado em 29 de março de 2018. Adaptado.)

QUESTÃO 01

I. Os Preâmbulos dos textos I e II assemelham-se ao utilizar morfologia de pessoa em todos os verbos.

II. O tema principal dos dois Preâmbulos é anunciado no primeiro período, a saber, “sustentabilidade” (Texto I) e “momento crítico da história da terra” (Texto II).

III. Os Preâmbulos dos textos I e II assemelham-se ao utilizar majoritariamente orações com sujeitos ocultos e indeterminados.

Sobre as assertivas acima, é CORRETO afirmar que:

a) Apenas I está correta.

- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas III está correta.
- d) I e II estão corretas.
- e) I e III estão corretas.

QUESTÃO 02

O contraste entre os Textos I e II permite afirmar que:

- a) A intertextualidade se configura entre ambos a partir do uso reiterado da forma “dever”.
- b) A intertextualidade se configura entre ambos ao mencionarem as Nações Unidas.
- c) A intertextualidade se configura entre ambos na forma de paráfrase, já que apresentam a mesma ideia, trocando apenas as palavras.
- d) Não é possível pensar intertextualidade entre ambos já que, embora tratem de questões relevantes à humanidade, constituem-se independentes um do outro.
- e) Não é possível pensar intertextualidade entre ambos já que o Texto I é direcionado às lideranças políticas mundiais e aos cientistas, e o Texto II é direcionado à sociedade em geral.

QUESTÃO 03

Os textos I e II usam reiteradamente a palavra “dever”, conforme se observa nos excertos a seguir:

I. A cooperação internacional baseada na “Década das Nações Unidas” deve ser promovida e ativamente coordenada com os principais Tratados.

II. As metas do ODS 6 não podem ser atingidas com as políticas atuais. Nós, juntos, devemos nos comprometer com a implementação de boas práticas (muitas das quais foram apresentadas durante o 8º Fórum Mundial da Água), bem como com uma melhoria drástica na governança da água.

III. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

IV. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

Sobre as diferentes formas morfológicas que a palavra “dever” assume nos excertos apresentados, é CORRETO afirmar que:

- a) São verbos auxiliares modais utilizados em posição imediatamente anterior ao verbo principal.
- b) São verbos auxiliares modais produzidos em uma estrutura do tipo: *dever + ser* ou *dever + ter*.
- c) São verbos auxiliares modais, com exceção do exemplo em (ii), que se comportam como adjetivo.
- d) São verbos auxiliares modais, com exceção do exemplo em (iii), que se comportam como substantivo.
- e) São verbos auxiliares modais, com exceção do exemplo em (iv), que se comportam como substantivo.

QUESTÃO 04

Nota-se no Texto I a apresentação em itálico das expressões “*per se*” e “*fora da caixa de água*”. Sobre estas expressões é CORRETO afirmar que:

- a) A expressão “*per se*” tem origem latina e, assim como “*fora da caixa de água*”, foi utilizada em sentido metafórico.
- b) A expressão “*per se*” foi utilizada como sinônimo da palavra “simplista”, ao passo que a expressão “*fora da caixa de água*” foi utilizada com o sentido de “para além da caixa de água.”
- c) Ambas as expressões foram utilizadas em contextos cujo escopo da informação é apontar para a ampliação de perspectivas, “ir além de”.
- d) A expressão “*per se*” constitui-se exemplo de estrangeirismo no Português Brasileiro, ao passo que a expressão “*fora da caixa de água*” constitui-se exemplo de uso da língua em sentido denotativo.
- e) A expressão “*per se*” foi utilizada em sentido conotativo, ao passo que a expressão “*fora da caixa de água*” foi utilizada em sentido denotativo.

QUESTÃO 05

O conteúdo do Texto I, para os que vivem na Amazônia, poderia ser interpretado como irrelevante, já que se trata da região com a maior concentração de água doce do mundo. Segundo dados do Museu Paraense Emílio Goeldi, por exemplo, a Amazônia detém 1/5 da água doce disponível no mundo.

Esse aparente contraste entre o conteúdo do texto e a realidade amazônica concernente à

abundância de água, aproxima-se de característica semântica normalmente tratada como:

- a) Paradoxo.
- b) Antonímia.
- c) Sinonímia.
- d) Homonímia.
- e) Paronímia.

QUESTÃO 06

“Por exemplo, assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos é uma condição necessária para acabar com a pobreza e a fome, melhorar a qualidade de vida e atingir a maioria das outras metas ambiciosas propostas na Agenda 2030.”

Sobre a forma destacada no excerto acima extraído do Texto I é CORRETO afirmar que:

- a) Trata-se de conjunção coordenativa utilizada para relacionar ora duas orações, ora dois termos semelhantes de uma mesma oração.
- b) Trata-se de conjunção subordinativa utilizada para relacionar as orações entre si.
- c) Trata-se de conjunção coordenativa utilizada para evitar o emprego de vírgulas e de pontos em seguida.
- d) Trata-se de conjunção subordinativa utilizada para relacionar ora duas orações, ora dois termos semelhantes de uma mesma oração.
- e) Trata-se de conjunção coordenativa utilizada para relacionar as orações entre si.

QUESTÃO 07

No período: “Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida”. A forma que a palavra “*seja*” é usada apresenta comportamento morfológico de:

- a) Conjunção com valor alternativo.
- b) Conjunção com valor aditivo.
- c) Verbo auxiliar com valor alternativo.
- d) Verbo principal de uma locução verbal.
- e) Verbo com valor subjuntivo.

QUESTÃO 08

Utilizando-se das letras (F) para indicar flexão e (D) para indicar derivação, diga qual sequência exprime os processos morfológicos pelos quais passaram as palavras destacadas no excerto:

“A segurança jurídica e econômica deve fortalecer os setores público e privado **responsáveis** pelos serviços de **abastecimento** de água e **saneamento**, com foco na universalização, transparência e modicidade tarifária, devendo reconhecer **abordagens** baseadas na comunidade.” (Texto I)

- a) F, D, F, D.
- b) F, D, D, F.
- c) D, D, F, F.
- d) D, F, F, D.
- e) D, F, D, F.

QUESTÃO 09

“Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza.” (Texto II)

Do ponto de vista da estruturação do período em orações, é **CORRETO** afirmar que o excerto acima é constituído por:

- a) 3 orações, sendo a primeira subordinada e as demais coordenadas.
- b) 4 orações, sendo a primeira coordenada e as demais subordinadas.
- c) 4 orações, sendo a primeira subordinada e as demais coordenadas.
- d) 5 orações, sendo a primeira coordenada e as demais subordinadas.
- e) 5 orações, sendo a primeira subordinada e as demais coordenadas.

QUESTÃO 10

I. São fatores de textualidade, dentre outros, a coesão e a coerência, a informatividade, a intertextualidade.

II. Ao ler um texto, o leitor poderá fazê-lo de maneira superficial, sem qualquer tipo de

envolvimento ou poderá envolver-se no texto, ocasião em que já domina seu conteúdo.

III. Os gêneros textuais são mais dinâmicos que os tipos textuais no sentido de que aqueles se assentam na diversidade de contextos em que precisamos nos comunicar, ao passo que estes se assentam em estruturas rígidas.

Sobre as assertivas acima, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas III está correta.
- d) I e II estão corretas.
- e) I e III estão corretas.

LEGISLAÇÃO E FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
--

QUESTÃO 11

Em relação aos princípios fundamentais previstos na Constituição da República de 1988, considere as seguintes assertivas:

I. Em suas relações internacionais, a Constituição da República Federativa do Brasil é regida, dentre outros princípios, pelo pluralismo político.

II. A autodeterminação dos povos constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

III. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos a cidadania.

IV. Todo o poder emana do povo, que o exerce apenas, em respeito ao princípio democrático, por meio de representantes eleitos.

- a) Apenas uma assertiva está correta.
- b) Apenas uma assertiva está incorreta.
- c) Duas assertivas estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 12

Sobre os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente assegurados, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens serem, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, independentemente do valor do patrimônio transferido.
- b) A injúria racial, nos termos da Constituição, constitui crime inafiançável e imprescritível.
- c) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- d) É vedada a assistência religiosa nas entidades militares de internação coletiva.
- e) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.

QUESTÃO 13

Em consonância ao que a Constituição da República de 1988 dispõe sobre a administração pública, marque a assertiva CORRETA:

- a) Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.
- b) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- c) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- d) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- e) As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.

QUESTÃO 14

Sobre as determinações do Decreto 1.171/94 referentes às Comissões de Ética, marque a alternativa CORRETA.

- a) Cada Comissão de Ética, integrada por três servidores públicos e respectivos suplentes, poderá instaurar, de ofício, processo sobre ato, fato ou conduta que considerar passível de infringência a princípio ou norma ético-profissional, podendo ainda conhecer de consultas, denúncias ou representações formuladas contra o servidor público, a repartição ou o setor em que haja ocorrido a falta, cuja análise e deliberação forem recomendáveis para atender ou resguardar o exercício do cargo ou função pública, desde que formuladas por autoridade, servidor, jurisdicionados administrativos, qualquer cidadão que se identifique ou quaisquer entidades associativas regularmente constituídas.
- b) Os procedimentos a serem adotados pela Comissão de Ética, para a apuração de fato ou ato que, em princípio, se apresente contrário à ética, em conformidade com este Código, terão o rito sumário, ouvidos apenas o queixoso e o servidor, ou apenas este, se a apuração decorrer de conhecimento de ofício, cabendo sempre recurso ao respectivo Ministro de Estado.
- c) Dada a eventual gravidade da conduta do servidor ou sua reincidência, poderá a Comissão de Ética encaminhar a sua decisão e respectivo expediente para a Comissão Permanente de Processo Disciplinar do respectivo órgão, se houver, e, cumulativamente, se for o caso, à entidade em que, por exercício profissional, o servidor público esteja inscrito, para as providências disciplinares cabíveis. O retardamento dos procedimentos aqui prescritos implicará comprometimento ético da própria Comissão, cabendo à Comissão de Ética do órgão hierarquicamente superior o seu conhecimento e providências.
- d) As decisões da Comissão de Ética, na análise de qualquer fato ou ato submetido à sua apreciação ou por ela levantado, serão resumidas em ementa e, com a omissão dos nomes dos interessados, divulgadas no próprio órgão, bem como remetidas às demais Comissões de Ética, criadas com o fito de formação da consciência ética na prestação de serviços públicos. Uma cópia completa de todo o expediente deverá ser remetida à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República.
- e) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

QUESTÃO 15

Sobre a fase externa do Pregão, de acordo com Lei nº 10.520/2002, é CORRETO afirmar:

- a) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias corridos.
- b) No dia, hora e local designados, será realizada sessão reservada para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- c) Aberta a sessão, somente os interessados apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.
- d) No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 15% (quinze por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- e) Não havendo pelo menos 2 (duas) ofertas nas condições definidas na lei, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

QUESTÃO 16

No que tange ao Pregão Eletrônico, regulado pelo Decreto 5.450/2005, julgue os itens a seguir:

- I. O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.
- II. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
- III. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- IV. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública,

exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

- a) Apenas uma alternativa está correta.
- b) Apenas uma alternativa está incorreta.
- c) Três alternativas estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa que NÃO representa um princípio específico que rege os procedimentos licitatórios:

- a) Princípio do julgamento objetivo.
- b) Princípio da eficiência.
- c) Princípio da igualdade.
- d) Princípio da competitividade.
- e) Princípio da indistinção.

QUESTÃO 18

Em relação aos direitos do servidor público federal, previstos na Lei 8.112/90, marque a alternativa CORRETA:

- a) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para quitar o débito.
- b) O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, em qualquer hipótese.
- c) O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração.
- d) Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço pelo período comprovadamente necessário para alistamento ou recadastramento eleitoral, limitado, em qualquer caso, a 3 (três) dias.
- e) Será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, dependendo de compensação de horário

QUESTÃO 19

No que diz respeito aos prazos no processo administrativo federal, regulado pela Lei 9.784/99, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do vencimento e incluindo-se o do começo.
- b) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.
- c) Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.
- d) Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.
- e) Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

QUESTÃO 20

Sobre a responsabilidade do servidor público federal, de acordo com a Lei 8.112/90, julgue os itens seguintes em verdadeiro (V) ou falso (F) e assinale a alternativa CORRETA.

- () A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, praticado unicamente na forma dolosa, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- () Em respeito à independência das esferas cível, penal e administrativa, a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- () A responsabilidade penal abrange as infrações penais imputadas ao servidor, nessa qualidade.

- a) V, F, V.
- b) V, V, F.
- c) F, V, V.
- d) F, F, V.
- e) F, F, F.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 21

Nos sistemas operacionais da família Windows, é possível esconder alguns arquivos e pastas do acesso evidente do usuário, chamados de arquivos ou pastas ocultas. Em relação ao Windows 7 em sua versão Professional, como é possível permitir que o visualizador de arquivos (Windows Explorer)

exiba os arquivos e pastas ocultas? Marque a alternativa CORRETA.

- a) É possível ativar a opção ao se clicar com o botão direito do mouse no Disco C: e indo na aba "Ferramentas"/ "Arquivos Escondidos".
- b) A opção é encontrada na barra superior da janela do Windows Explorer, clicando no botão "Organizar" e em seguida em "Layout".
- c) Uma das formas de se ativar esta opção é através da barra superior da janela do Windows Explorer, clicando no botão "Organizar"; em seguida em "Opções de Pasta e Pesquisa" e abrindo a aba "Modo de Exibição".
- d) Indo no Painel de Controle e selecionando a opção "Aparência e Personalização".
- e) Deve-se clicar com o botão direito na pasta onde se deseja mostrar os arquivos ocultos, selecionar a opção "Propriedades" e posteriormente a aba "Segurança".

QUESTÃO 22

Uma das principais funcionalidades de um navegador de internet é a possibilidade de salvar páginas como favoritas para que posteriormente tenham um acesso mais rápido e fácil, diminuindo assim, a necessidade do usuário decorar longos endereços web ou se utilizar de sites de buscas. Em relação ao navegador Internet Explorer em sua versão 10, quais são os passos para se salvar uma página web como favorita? Marque a alternativa INCORRETA.

- a) Uma das maneiras mais rápidas e simples de se adicionar um site aos favoritos é através do atalho de teclado Ctrl + D, utilizado na página aberta que se deseja favoritar.
- b) Para se adicionar uma página web à pasta de favoritos, se deve clicar com o botão direito na página e escolher a opção "Adicionar a Favoritos".
- c) É possível adicionar uma página web aos favoritos do Internet Explorer 10 clicando na estrela no canto superior direito da janela e em seguida o botão "Adicionar a Favoritos".
- d) Existe também a opção de se adicionar uma página web a Barra de Favoritos. Para tal, o usuário deve clicar com o botão direito do mouse na página desejada, escolher a opção "Adicionar a Favoritos" e em seguida escolher a opção "Barra de Favoritos" no menu "Criar em".
- e) Uma forma de se adicionar uma página web aos favoritos é se clicando com o botão direito do mouse na barra de endereços (com a página aberta) e em seguida escolhendo a opção "Adicionar a Favoritos".

QUESTÃO 23

Os navegadores de internet atuais estão entregando aos usuários a opção de navegar anonimamente pela internet. Esta funcionalidade permite aos usuários navegar sem salvar históricos de páginas visitadas ou senhas de acesso, um ponto muito importante para quando se compartilha o uso de um mesmo computador com diversos outros usuários. Neste contexto e tendo em mente o "Internet Explorer 10", indique, dentre as opções a seguir, qual **CORRETAMENTE** ativará o modo de navegação anônima neste navegador:

- a) No Internet Explorer 10 é possível se ativar o modo anônimo, chamado de *InPrivate*, apertando as teclas Ctrl + Shift + P.
- b) Para se ativar o modo *InPrivate* se deve colocar a expressão "*InPrivate*:" na frente de um endereço digitado na barra de endereços do navegador.
- c) Para ativar o modo *InPrivate* o usuário deve clicar com o botão direito em um guia aberto no Internet Explorer e escolher a opção "Nova Guia Anônima".
- d) No Internet Explorer 10 é possível se ativar o modo anônimo, chamado de *InPrivate*, apertando as teclas Ctrl + Shift + T.
- e) O Internet Explorer 10 ainda não oferecia a opção de guias anônimas, sendo esta lançada apenas no Internet Explorer 11.

QUESTÃO 24

Sobre os Cookies internet, selecione a opção abaixo que **CORRETAMENTE o conceitua:**

- a) Um *Cookie* é um arquivo de texto simples existente em sites da Internet, servindo para armazenar as configurações principais deste, como: escolher o idioma em que o site será apresentado ao usuário.
- b) Os *Cookies* são a forma que os navegadores de internet armazenam todo o histórico de navegação do usuário.
- c) Os *Cookies* são arquivos de configuração que, quando usados de forma maliciosa, permitem que os e-mails enviados pelo usuário sejam monitorados.
- d) Os *Cookies* são arquivos de configuração utilizados pelos sites que permitem que vírus ou ataques de hackers atinjam o computador do usuário.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 25

Microsoft Excel é uma ferramenta de planilhas amplamente utilizada por profissionais de perfil administrativo e acadêmico. Através do Excel é possível organizar dados e gráficos que podem auxiliar o melhor entendimento de um determinado contexto. No entanto, uma das opções mais poderosas desta ferramenta também é uma das mais desconhecidas: as Tabelas Dinâmicas. Em relação às Tabelas Dinâmicas, selecione a opção que represente **CORRETAMENTE** a definição desta tabela.

- a) A tabela dinâmica é uma ferramenta do Microsoft Excel que permite que os dados coletados sejam trabalhados de uma maneira não estática. Como exemplo, é possível criar uma tabela que seja alimentada automaticamente a partir de um formulário preenchido pelos usuários.
- b) A tabela dinâmica é uma espécie de relatório que pode ser usada para resumir e relacionar, de maneira muito rápida e precisa, planilhas com grandes volumes de dados. A tabela dinâmica é essencial para facilitar a compreensão e análise dos dados coletados.
- c) As tabelas dinâmicas permitem que o usuário gere relatórios analíticos a partir de um texto escrito em linguagem natural, como um documento do Microsoft Word. O Excel, automaticamente, enxergará relações neste texto e gerará as respectivas tabelas.
- d) As tabelas dinâmicas são uma forma de formatação das planilhas do Excel para que seja possível aplicar alguns filtros de busca e ordenação destes dados. Por exemplo, através de uma tabela dinâmica é possível exibir uma tabela ordenada de forma alfabética.
- e) A tabela dinâmica é uma poderosa ferramenta que possibilita ao usuário do Excel a criação de gráficos para análise das informações coletadas. Através dela também é possível de se gerar fórmulas matemáticas para a realização de cálculos específicos.

QUESTÃO 26

Você está trabalhando em um relatório que deverá ser entregue a chefia imediata até o final da manhã. Em um determinado momento você não encontra no teclado do computador um caractere que precisa ser digitado no texto. Você está utilizando o Microsoft Word 2010 e para resolver este problema você irá? Marque a opção CORRETA.

- a) No menu Formatar e selecionar a opção "**caractere**" para procurar o símbolo desejado.

- b) No menu Ferramentas e selecionar a opção "Exibir todos os símbolos" para selecionar o símbolo desejado.
- c) No menu *Inserir* e escolher a opção "Símbolo" para buscar e selecionar o **caractere** desejado.
- d) Você irá no menu *Ferramentas*, escolhendo a opção de "Personalizar" e em seguida a aba "Layout do teclado".
- e) No menu *Arquivo*, escolhendo a opção "Propriedades" e em seguida a aba "Layout do teclado".

QUESTÃO 27

Você está utilizando o Microsoft Word 2010 e, ao inserir uma figura na página, você percebeu que ela não ficou bem próxima e alinhada ao texto como você gostaria. Para resolver este problema, fazendo com que o texto fique alinhado ao redor da figura você deve:

- a) Inserir uma versão menor da figura desejada indo no menu *Inserir* e escolhendo a opção "Figura".
- b) Clicar com botão direito do mouse na imagem inserida e alterar as opções de "Layout" da figura.
- c) Clicar com botão direito do mouse na imagem inserida e alterar as opções de "Âncora" da figura.
- d) Clicar com botão direito do mouse na imagem inserida e alterar as opções de "Rotação e Alinhamento" da figura.
- e) Clicar com botão direito do mouse na imagem inserida e alterar as opções de "Disposição" da figura.

QUESTÃO 28

Através do explorador de arquivos Windows Explorer é possível realizar diversas opções de manipulação de arquivos e pastas, como: copiar, colar, mover e recortar. Sobre o funcionamento da função de recortar um arquivo ou pasta, é **CORRETO** afirmar que:

- a) É possível recortar um arquivo através do atalho de teclado Ctrl + C na pasta de origem e Ctrl + X na pasta de destino.
- b) Quando um arquivo é recortado ele deixa de existir no local de origem e se, por algum motivo, a operação de *Colar* no local de destino não for concluída, o arquivo é perdido.
- c) Para se recortar um arquivo ou pasta deve-se usar o atalho Ctrl + X no local de origem e Ctrl + V no local de destino desejado. Assim, o arquivo recortado é movido da origem para o destino. Não restando uma cópia no local original.
- d) Para se recortar um arquivo ou pasta deve-se

usar o atalho Ctrl + X no local de origem e Ctrl + X no local de destino desejado. Assim, o arquivo recortado é movido da origem para o destino. Não restando uma cópia no local original.

- e) Para se recortar um arquivo ou pasta deve-se usar o atalho Ctrl + X no local de origem e Ctrl + V no local de destino desejado. Esta operação pode ser realizada diversas vezes sem se precisar apertar o Ctrl + X novamente no arquivo ou pasta.

QUESTÃO 29

Você está produzindo um texto no Microsoft Word que contém diversas listas exibidas através de marcadores enumerados iniciando em 1. Em determinado momento você iniciou uma nova lista enumerada e percebeu que, apesar de ter iniciado esta nova lista, os marcadores não foram reiniciados para o número 1. Selecione dentre as opções abaixo aquela que resolve **CORRETAMENTE** este problema:

- a) Utilizando o atalho apertando a tecla F12 do teclado.
- b) Aumentando o recuo do enumerador.
- c) Clicando com o botão direito do mouse no enumerador desejado e selecionando a opção "Continuar a numeração anterior".
- d) Clicando com o botão direito do mouse no enumerador desejado e selecionando a opção "Reiniciar numeração".
- e) Indo no menu *Formatar*, opção "Marcadores e numerações".

QUESTÃO 30

Para que os usuários sejam capazes de utilizar um computador moderno, este precisa de dispositivos de entrada e saída. Estes dispositivos são aqueles utilizados pelo computador para receber alguma entrada de dados e gerar a saída/retorno das informações desejadas pelo usuário. Dentre os exemplos de dispositivos citados abaixo, selecione a opção em que todos os dispositivos listados funcionem ao mesmo tempo como de saída e de entrada:

- a) Teclado, *pen drive* e mouse.
- b) Tela *touchscreen*, gravadora de DVD e disco rígido.
- c) Tela *touchscreen*, mesa digitalizadora e monitor.
- d) Pen drive, fone de ouvido e microfone.
- e) Não existem dispositivos capazes de funcionar ao mesmo tempo como entrada e saída.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

São os princípios norteadores do Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Federal do Amapá. Marque a alternativa CORRETA.

- a) Ética e responsabilidade; transparência e prestação de serviços; inclusão e equidade; compromisso e participação; sustentação; qualidade e eficiência.
- b) Ética e responsabilidade; transparência e *accountability*; inclusão e equidade; comprometimento e participação; sustentabilidade; qualidade e eficiência.
- c) Ética e responsabilidade; transparência e prestação de contas; inclusão e equidade; compromisso e participação; sustentabilidade; qualificação e eficiência.
- d) Ética e responsabilidade; transparência e prestação de serviços; inclusão e equidade; comprometimento e participação; sustentabilidade; qualidade e eficiência.
- e) Ética e corresponsabilidade; transparência e *accountability*; inclusão e equidade; compromisso e participação; sustentabilidade; qualificação e eficiência.

QUESTÃO 32

Quanto às ações que garantam a execução das políticas de ensino, extensão, pesquisa e pós-graduação na Universidade Federal do Amapá, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Estabeleçam políticas de avaliação contínua dos cursos de graduação que auxiliem nas formulações dos projetos de capacitação técnica que forem necessárias.
 - () Ampliem e consolidem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.
 - () Estabeleçam política para a formação permanente dos docentes, no que respeita aos aspectos didático-pedagógicos.
 - () Ampliem e adaptem/reestruturem os espaços físicos utilizados prioritariamente pelos cursos de graduação.
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- a) F-V-F-V.
- b) F-F-V-F.
- c) V-F-V-F.
- d) V-V-F-V.
- e) F-V-V-F.

QUESTÃO 33

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelece as dimensões institucionais. Marque a alternativa que corresponda CORRETAMENTE a essas dimensões.

- a) A missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; a comunicação com a sociedade; e o planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da hetero-avaliação institucional.
- b) A missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção de bens, as bolsas de trabalho, de monitoria e demais modalidades; a comunicação com a sociedade; e o planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional.
- c) A missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção de bens, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; a comunicação com a sociedade; e o planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional.
- d) A missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; a comunicação com a sociedade; e o planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional.

e) A missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de auditoria e demais modalidades; a comunicação com a sociedade; e o planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da hetero-avaliação institucional.

QUESTÃO 34

De acordo com a Lei nº 10.861/2004, a CONAES deve ser composta por:

a) 1 representante do INEP; 1 representante da CAPES; 3 representantes do MEC; 1 representante discente; 1 representante docente; 1 representante técnico-administrativo; 5 membros da sociedade, com notório saber científico e competência em avaliação ou gestão da educação superior.

b) 1 representante do INEP; 1 representante da CAPES; 2 representantes do MEC; 1 representante discente; 1 representante docente; 1 representante técnico-administrativo; 4 membros da sociedade, com notório saber científico e competência em avaliação ou gestão da educação superior.

c) 2 representantes do INEP; 2 representantes da CAPES; 3 representantes do MEC; 1 representante discente; 1 representante docente; 1 representante técnico-administrativo; 3 membros da sociedade, com notório saber científico e competência em avaliação ou gestão da educação superior.

d) 1 representante do INEP; 1 representante da CAPES; 2 representantes do MEC; 1 representante discente; 1 representante docente; 1 representante técnico-administrativo; 3 membros da sociedade, com notório saber científico e competência em avaliação ou gestão da educação superior.

e) 2 representantes do INEP; 1 representante da CAPES; 3 representantes do MEC; 1 representante discente; 1 representante docente; 1 representante técnico-administrativo; 5 membros da sociedade, com notório saber científico e competência em avaliação ou gestão da educação superior.

QUESTÃO 35

Quanto ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, é INCORRETO afirmar que:

a) As competências previstas nesse Decreto serão exercidas sem prejuízo daquelas previstas na Estrutura Regimental do Ministério da Educação, aprovada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, na Estrutura Regimental do INEP, aprovada pelo Decreto nº 8.956, de 12 de janeiro de 2017, e nas demais normas aplicáveis.

b) As competências previstas nesse Decreto serão exercidas sem prejuízo daquelas previstas na Estrutura Regimental do Ministério da Educação, aprovada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, na Estrutura Regimental do INEP, e nas demais normas aplicáveis.

c) As competências previstas nesse dispositivo legal serão exercidas sem prejuízo daquelas previstas na Estrutura Regimental do Ministério da Educação, aprovada pelo Decreto nº 9.050, de 14 de março de 2017, que Estrutura o Regimento do INEP, aprovada pelo Decreto nº 8.856, de 12 de janeiro de 2017, e nas demais normas aplicáveis.

d) As competências previstas nesse dispositivo legal serão exercidas sem prejuízo daquelas previstas na Estrutura Regimental do Ministério da Educação, aprovada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, na Estrutura Regimental do INEP, aprovada pelo Decreto nº 8.956, de 12 de janeiro de 2017, e nas demais normas aplicáveis.

e) As competências previstas no texto legal serão exercidas sem prejuízo daquelas previstas na Estrutura Regimental do Ministério da Educação, aprovada pelo Decreto nº 9.005, que Estrutura o Regimento do INEP, aprovada pelo Decreto nº 8.956, de 12 de janeiro de 2017, e nas demais normas aplicáveis.

QUESTÃO 36

O Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, no art. 19, parágrafo 1º, aduz que o processo de credenciamento das Instituições de Ensino Superior será instruído por meio de:

a) Análise plurianual, avaliação interna *in loco* realizada pelo INEP, parecer da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação e parecer do CNE, a ser homologado pelo Ministro de Estado da Educação.

b) Análise documental, avaliação interna *in loco* realizada pelo INEP, parecer da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação e parecer do CNE, a ser avaliado pelo Ministro de Estado da Educação.

c) Análise multidimensional, avaliação externa *in loco* realizada pelo INEP, parecer da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do

Ministério da Educação e parecer do CNE, a ser homologado pelo Ministro de Estado da Educação.

d) Análise plurianual, avaliação externa *in loco* realizada pelo INEP, parecer da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação e parecer do CNE, a ser avaliado pelo Ministro de Estado da Educação.

e) Análise documental, avaliação externa *in loco* realizada pelo INEP, parecer da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação e parecer do CNE, a ser homologado pelo Ministro de Estado da Educação.

QUESTÃO 37

A atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), deve ocorrer em regime de colaboração. Para tanto:

I - Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE.

II - Os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios criarão mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PNE e dos planos previstos no art. 6º.

III - O fortalecimento do regime de colaboração entre os Estados, prescindindo a participação dos respectivos Municípios incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação em cada Estado.

IV - Será criada uma instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

V - Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o *caput* deste artigo, serão realizados com ampla participação de governantes.

Não correspondem ao que preceitua o art.7º do PNE:

- a) I, II e V.
- b) I, III e V.
- c) II, III e IV.
- d) II, III e V.
- e) I, II e III.

QUESTÃO 38

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, na META 12, estabelece a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. Assinale a alternativa que corresponde a uma de suas estratégias.

a) Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas e privadas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

b) Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências da computação, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas.

c) Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.

d) Fomentar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação.

e) Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, de acordo com o Plano Estadual de Educação.

QUESTÃO 39

A Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no art. 43, aduz quanto às finalidades da educação superior:

I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento dogmático;

II - Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

III - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços de rotina à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o

saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - Promover a extensão, priorizando a participação da comunidade universitária, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Assinale a alternativa que NÃO corresponde às finalidades da LDBEN:

- a) I, II e V.
- b) I, III e V.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e V.
- e) I, II e III.

QUESTÃO 40

O não saneamento de deficiências, possivelmente verificadas no processo de avaliação de instituições de ensino superior, poderá ocasionar:

- a) Reavaliação e, conforme o caso, desativação de cursos e habilitações, intervenção, suspensão indeterminada de prerrogativas da autonomia ou descredenciamento.
- b) Avaliação e, conforme o caso, desativação de cursos, intervenção, suspensão temporária de prerrogativas da autonomia ou novo credenciamento.
- c) Avaliação e, conforme o caso, desativação de cursos, intervenção, suspensão temporária de prerrogativas da autonomia ou descredenciamento.
- d) Reavaliação e, conforme o caso, desativação de cursos e habilitações, intervenção, suspensão temporária de prerrogativas da autonomia ou descredenciamento.
- e) Avaliação e, conforme o caso, desativação de cursos e habilitações, intervenção, suspensão indeterminada de prerrogativas da autonomia ou descredenciamento.

QUESTÃO 41.

As instituições de ensino superior serão credenciadas como centros universitários e universidades, dependendo:

- a) De credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.
- b) De credenciamento específico de instituição não credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.

c) De credenciamento específico de faculdade não credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.

d) De credenciamento de instituição já credenciada, em funcionamento e com padrão satisfatório de qualidade.

e) De credenciamento específico de faculdade já credenciada, em funcionamento e com padrão satisfatório de qualidade.

QUESTÃO 42

Em conformidade com seu Regimento Geral, a Universidade Federal do Amapá tem por objetivos e funções:

I- Ministar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão; desenvolver as ciências, as letras e as artes; prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral; e promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

II- Ministar o ensino, a pesquisa e a extensão; desenvolver as ciências, as letras e as artes; prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral; e promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

III- Ministar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão; desenvolver as ciências, as letras e as artes; prestar contas a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral; e promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

IV - Ministar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão; desenvolver as ciências, as letras e as artes; prestar serviços a instituições públicas e privadas e à sociedade em geral; e promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

Considerando as assertivas, marque a alternativa que correspondente a sequência CORRETA .

- a) V-V-F-F.
- b) F-V-F-V.
- c) V-F-F-V.
- d) F-F-V-V.
- e) V-F-V-F.

QUESTÃO 43

A Portaria nº 23/2017, no art. 8º, estabelece que o credenciamento de instituições de ensino superior deve seguir para o Conselho Nacional de Educação, com subsídios da SERES, atendendo algumas sugestões.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O não deferimento do pedido de credenciamento institucional com todos os pedidos de autorização de cursos vinculados; o deferimento do pedido de credenciamento institucional com parte dos pedidos de autorização de cursos vinculados; e o indeferimento do pedido de credenciamento institucional.
- b) O indeferimento do pedido de credenciamento institucional com pedidos de autorização de cursos vinculados; o deferimento do pedido de credenciamento institucional com parte dos pedidos de autorização de cursos vinculados; e o indeferimento do pedido de credenciamento institucional.
- c) O deferimento do pedido de credenciamento institucional com todos os pedidos de autorização de cursos vinculados; o deferimento do pedido de credenciamento institucional com parte dos pedidos de autorização de cursos vinculados; e o indeferimento do pedido de credenciamento institucional.
- d) O deferimento do pedido de credenciamento institucional com todos os pedidos de autorização de cursos vinculados; o indeferimento do pedido de credenciamento institucional com parte dos pedidos de autorização de cursos vinculados; e o indeferimento do pedido de credenciamento institucional.
- e) O deferimento do pedido de credenciamento institucional com todos os pedidos de autorização de cursos vinculados; o deferimento do pedido de credenciamento institucional com parte dos pedidos de autorização de cursos vinculados; e o indeferimento do pedido de credenciamento institucional.

QUESTÃO 44

O período para protocolo do pedido de reconhecimento de curso, conforme dispõe a Portaria nº 23/2017, deve compreender:

- a) Metade do prazo previsto para a efetivação de sua carga horária e setenta e cinco por cento desse prazo.
- b) Cinquenta por cento do prazo previsto para a integralização de sua carga horária e oitenta por cento desse prazo.
- c) Cinquenta por cento do prazo previsto para a efetivação de sua carga horária e setenta e cinco por cento desse prazo.
- d) Metade do prazo previsto para a efetivação de sua carga horária e oitenta por cento desse prazo.

- e) Metade do prazo previsto para a integralização de sua carga horária e setenta e cinco por cento desse prazo.

QUESTÃO 45

No que concerne à autonomia universitária, de acordo com o art. 54 da Lei nº 9.394/96, NÃO se pode afirmar que:

- a) Poderá ser estendida a instituições que comprovem relevante qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada por Comissão Interna de Avaliação (CPA).
- b) Poderá ser estendida a instituições que comprovem relevante qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Governo Federal/MEC.
- c) Poderá ser estendida a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em procedimentos avaliativos avaliação realizada pelo Poder Público.
- d) Poderá ser estendida a IES que comprovem relevante qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.
- e) Poderá ser estendida a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelos competentes órgãos, em nível federal.

QUESTÃO 46

A educação superior está expressa nos artigos 43 a 47 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e tem por finalidade formar profissionais em diferentes áreas do saber, promovendo a divulgação dos conhecimentos culturais, comunicando-se por meio do ensino. Neste sentido, a Educação Superior abrange os seguintes cursos e programas (conforme o Art. 44). Marque a opção CORRETA.

- a) Cursos sequenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino.
- b) De graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo.
- c) De pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação

que atendam às exigências das instituições de ensino.

d) De extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

e) As assertivas apresentadas nas alternativas A, B, C e D se complementam e, portanto, estão corretas.

QUESTÃO 47

A educação de nosso país necessita ter um documento que venha nortear as políticas públicas em todos os sistemas de ensino. O responsável de definir as diretrizes é a Lei 9394/96 (LDB). Segundo o Art. 16 da Lei mencionada, o Sistema Federal de Ensino compreende:

A- As instituições de ensino mantidas pela União;

B- As instituições de ensino mantidas pelo Estado;

C- As instituições de ensino superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

D- Os órgãos federais de Educação;

E- As instituições de ensino mantidas pelo Município.

É totalmente verdadeiro afirmar que:

- a) As questões A e B estão corretas;
- b) Apenas a questão D está correta;
- c) As questões A, B, C e D estão corretas;
- d) As questões A, C e D estão corretas;
- e) Todas as questões estão incorretas

QUESTÃO 48

A Lei de nº 13.005, de 25 de junho de 2014 foi sancionada através de um Decreto pela Presidência da República, instituindo o Plano Nacional de Educação. Este Plano com vigência para 10 (dez) anos, com vistas ao cumprimento do disposto no Art. 214 da Constituição Federal (na forma de seu Anexo e conforme seu Art. 5º) estabelece que a execução do PNE e o cumprimento de suas metas, serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizadas pelas instâncias:

A- Fórum Nacional de Educação;

B- Conselho Nacional de Educação;

C- Fórum de Reitores das Universidades Federais;

D- Ministério da Educação;

E- Comissão da Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

É totalmente verdadeiro afirmar que:

- a) Apenas A e B estão corretas.
- b) Apenas a questão D está correta.
- c) As questões A, B, D e E estão corretas.
- d) Apenas a questão E está correta.
- e) Todas as questões se complementam, portanto estão corretas.

QUESTÃO 49

Conforme a Lei 10.861/2004, o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES) em seu § 1º tem por finalidades, a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. Neste sentido, o Art. 2 do SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

A- A avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

B- O caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

C- O respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

D- A participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação básica e superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

E- A participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

É totalmente verdadeiro afirmar que:

- a) Apenas a questão A é incorreta.

- b) Apenas a questão D está correta.
- c) As questões A, B, D e E estão corretas.
- d) Apenas a questão D está incorreta.
- e) Todas as questões se complementam, portanto, estão corretas.

QUESTÃO 50

O Decreto Ministerial de nº 9235/2017 em seu Art. 1º dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior (IES) e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades, presencial e a distância, no sistema federal de ensino. Em se tratando de um Decreto de suma importância, no que tange as competências, estão previstas no Parágrafo único do Art. 3º, a saber: As competências previstas neste Decreto serão exercidas sem prejuízo daquelas previstas na Estrutura Regimental do Ministério da Educação, aprovada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, na Estrutura Regimental do INEP, aprovada pelo Decreto nº 8.956, de 12 de janeiro de 2017, e nas demais normas aplicáveis. Em seu Art. 4º, são competências do Ministro da Educação:

- A- Recomendar, por meio da Câmara de Educação Superior, providências da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, quando não satisfeito o padrão de qualidade para credenciamento e credenciamento de universidades, centros universitários e faculdades;
- B- Homologar pareceres do CNE em pedidos de credenciamento, credenciamento e descredenciamento de IES;
- C- Homologar pareceres e propostas de atos normativos aprovados pelo CNE;
- D- Aprovar os instrumentos de avaliação elaborados pelo Inep e homologar as deliberações da Conaes;
- E- Expedir normas e instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos;

É totalmente verdadeiro afirmar que:

- a) Apenas a questão A é incorreta.
- b) Apenas a questão D está correta.
- c) As questões A, B, D e E estão corretas
- d) Apenas a questão E está correta.
- e) Todas as questões se complementam, portanto, estão corretas.

QUESTÃO 51

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) delega atribuições à União, Estados, Municípios e Estabelecimentos de Ensino. Sobre essas atribuições, analise as seguintes afirmativas:

- A- Os Estabelecimentos de Ensino Médio terão a incumbência de informar aos pais a respeito da frequência e o rendimento escolar dos alunos;
- B- Caberá a União a coordenação política e nacional da Educação, articulando os diferentes níveis e sistemas, e exercendo a função normativa redistributiva e supletiva em relação as demais instâncias educacionais;
- C- O Estado incumbir-se de assegurar o ensino fundamental, obrigatório, gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria e progressiva extensão de obrigatoriedade e gratuidade no ensino médio;
- D- Cabe ao Município oferecer à educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem mantidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- E- Os estabelecimentos de educação infantil terão a incumbência de alfabetizar as crianças preparando-as para a educação básica.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) A e B.
- b) A, B e E.
- c) B, C e D.
- d) A e E.
- e) A, B e C.

QUESTÃO 52

Conforme o manual orientador para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) de 06/2016, (versão 3) o PPC é um conjunto de ações sociopolíticas, técnicas e pedagógicas que incluem o planejamento estrutural e funcional, dentro do qual são tratados os objetivos do curso, o perfil do profissional a ser formado, as competências e habilidades a serem desenvolvidas, a estrutura curricular, as metodologias a serem adotadas para a consecução da proposta, a sistemática e

formas de gestão da avaliação do projeto, a infraestrutura necessária, bem como outros aspectos imprescindíveis à sua operacionalização. Para reflexão sobre a proposta de curso e seu projeto pedagógico, devem ser envolvidos profissionais da área que possam apresentar os desafios éticos e técnicos da profissão na atualidade.

Marque a alternativa que complementa corretamente o texto ora apresentado a respeito do PPC.

- a) Estabelecer um cronograma de reuniões periódicas para discussão da filosofia curricular, perfil do egresso, competências e habilidades, operacionalização e dinâmica do curso, análise das diretrizes curriculares nacionais aprovadas para o curso, além de um estudo dos conteúdos a serem trabalhados nas disciplinas para elaboração das ementas, de forma a se atingir os objetivos propostos, evitando superposição de assuntos nas diferentes disciplinas.
- b) Fazer análise entre a carga horária da disciplina e os conteúdos a serem ministrados, detectando possíveis desajustes como subutilização do tempo ou a sobrecarga do aluno, procurando otimizar o aproveitamento da disciplina.
- c) Estabelecer relação entre as disciplinas ofertadas no período letivo, identificando interfaces entre elas para realização da interdisciplinaridade e entre conteúdos teóricos e cenários de prática profissional.
- d) Conceber o currículo como instrumento de produção e transmissão do conhecimento sistematizado, de forma a viabilizar a integração entre o ensino, a pesquisa, a extensão, a cultura e a unidade teoria e prática, em sintonia com as novas exigências do mundo do trabalho.
- e) As questões A, B, C e D se complementam, portanto, todas estão corretas.

QUESTÃO 53

Segundo o manual orientador para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) de 06/2016, (versão 3) para elaborar um Projeto Pedagógico de um Curso de Graduação, este deverá ser construído com base nos fundamentos legais. Dentre eles podemos citar:

- A- A Constituição Federal de 1988 e a Lei 9394/96;**
- B- Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e Resolução Nº 2 de 1 de julho de 2015;**

- C- Resolução Nº 1, de 11 de março de 2016, Decreto CNE/CP Nº 1 de 2004;**
- D- Decreto Nº 5622 de 19/12/2005 e Lei 5540/1968;**
- E- Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007 e Resolução CNE/CES Nº 03 de 02 de julho de 2007.**

Está INCORRETA apenas a alternativa:

- a) A.
- b) C.
- c) B.
- d) D.
- e) E.

QUESTÃO 54

Segundo a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 205, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Em consonância com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) em seu Art. 206 define que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- A- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;**
- B- Respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;**
- C- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;**
- D- Garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.**

É totalmente VERDADEIRO afirmar que:

- a) Apenas a questões A é incorreta.
- b) Apenas a questão D está correta.
- c) Todas estão corretas.
- d) Apenas a questão E está correta.
- e) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 55

A Educação inclusiva é um direito que foi conquistado com a luta dos educadores e da sociedade de um modo geral. Nas letras da Lei é conceituada no Art. 58 da Lei 9394/96 onde “entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.” Neste sentido, a inclusão escolar está assegurada na Constituição Federal e é referendada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Art. 59. Visando garantir este direito aos educandos com necessidades especiais, a legislação define que os sistemas de ensino deverão ter:

- A- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;
- B- Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- C- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- D- Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- E- Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

É totalmente VERDADEIRO afirmar que:

- a) Apenas a questões A é incorreta.
- b) Apenas a questão D está correta.
- c) As questões A, B, D e E estão corretas.
- d) Apenas a questão E está correta.
- e) Todas as questões se complementam, portanto, estão corretas.

QUESTÃO 56

O Plano Nacional de Educação foi sancionado pela Presidência da República no dia 25 de junho de 2014. Este é constituído de 20 Metas e diversas Estratégias a serem realizadas, objetivando alcançar as referidas Metas. A Meta 17 refere-se a “valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.” Para alcançar estas metas, deverá haver um esforço coletivo da União, Estados e Municípios e Distrito Federal. Aqui estão listadas as atribuições, a saber:

- A- Constituir, por iniciativa do Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PNE, fórum permanente com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;
- B- Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
- C- Implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;
- D- Ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional;
- E- Realizar a progressão funcional dos profissionais da Educação, visando dar incentivo à formação continuada.

É totalmente VERDADEIRO afirmar que:

- a) As questões A e B estão corretas.
- b) Apenas a questão A está correta.
- c) As questões A, B, D e E estão corretas.
- d) Apenas a questão E está incorreta.

e) Todas as questões se complementam, portanto, estão corretas.

QUESTÃO 57

A Lei Nº 10.861, sancionada pela Presidência da República em 14 de abril de 2004 explicita em seu Art. 1º “Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do Art 9º, VI, VIII e IX, da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”. Em 10 de maio de 2016, o Ministro da Educação editou a Portaria Ministerial de Nº 386, em que Aprova, em extrato, indicadores do instrumento de avaliação de cursos de graduação nos graus de tecnologia, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Conforme a Portaria mencionada, são itens que compõem a Dimensão: “Organização Didático-Pedagógica”:

- A- Estrutura curricular e Conteúdos curriculares;
- B- Responsabilidade Social e participação dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC;
- C- Bibliografia básica e bibliografia complementar;
- D- Experiência de magistério superior do corpo docente e atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE;
- E- Estágio curricular supervisionado - relação entre teoria e prática e atividades de tutoria.

Estão CORRETAS as alternativas:

- a) A ,C e E.
- b) B, C e D.
- c) B, C e D.
- d) A, B e E.
- e) B, C e E.

QUESTÃO 58

Em 21 de dezembro de 2017 o Ministro da Educação Mendonça Filho, editou a Portaria Ministerial de Nº 23. Nas disposições gerais, em seu Art. 1º está definido que o fluxo dos processos de credenciamento e

recredenciamento de instituições de educação superior IES e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, passa a ser estabelecido por esta Portaria. Mais especificamente, o capítulo V refere-se ao ciclo avaliativo e das disposições específicas aos processos de renovação de reconhecimento dos cursos de graduação. Conforme o Art. 38, em cada ciclo avaliativo, poderá ser prorrogada a validade dos atos de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso em vigor, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017, por meio de processo simplificado, com dispensa de avaliação externa *in loco*, desde que observados os seguintes requisitos:

- A- Atos autorizativos válidos;
- B- Não tenham sido penalizados em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos 5 (cinco) anos, a contar da publicação do ato que penalizou o curso;
- C- Indicadores de qualidade satisfatórios;
- D- Não tenham sido penalizados em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos 2 (dois) anos, a contar da publicação do ato que penalizou o curso;
- E- Inexistência de medida de supervisão em vigor.

É totalmente VERDADEIRO afirmar que:

- a) As questões A e B estão corretas.
- b) Apenas a questão B está incorreta.
- c) As questões A, B, D e E estão corretas.
- d) Apenas a questão E está correta.
- e) Todas as questões se complementam, portanto, estão corretas.

QUESTÃO 59

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP (2015-2019) o item organização didático-pedagógica, têm como compromisso o eixo norteador da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, tendo por base uma perspectiva interdisciplinar. Para o atendimento às diretrizes didático-pedagógicas, este Plano estabelece os critérios gerais que as definem: nas inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares; nas oportunidades diferenciadas de integralização curricular; nas

atividades práticas e estágio; no trabalho de conclusão de curso; na avaliação do ensino e aprendizagem; no desenvolvimento de materiais pedagógicos e na incorporação de avanços tecnológicos. Sobre as oportunidades diferenciadas de integralização curricular a UNIFAP garante aos alunos:

A- Aproveitamento de disciplinas cursadas em outras IES em caso de transferência, de acordo com a legislação;

B- A mobilidade que se realiza pelo Programa de Mobilidade Acadêmica;

C- Convênios que a UNIFAP tem com universidades nacionais e estrangeiras que recebem estudantes da Instituição para cumprirem planos de estudos específicos dentro de sua área de formação;

D- Estágio extra curricular em Instituições de Educação Básica, Médio e Superior;

E- Aproveitamento de disciplinas cursadas em outras IES em caso de abandono do curso, de acordo com a legislação.

É totalmente VERDADEIRO afirmar que:

- a) As questões A, B, C estão corretas.
- b) Apenas a questão D está incorreta.
- c) As questões A, D e E estão corretas.
- d) Apenas a questão E está incorreta.
- e) Todas as questões se complementam, portanto, estão corretas.

QUESTÃO 60

O Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Federal do Amapá (2001) baseia-se no desenvolvimento de uma consciência humana, democrática, ética e cidadã. Conforme o mencionado projeto, a missão da UNIFAP é a busca rigorosa e metódica do conhecimento por intermédio do ensino, da pesquisa e da extensão, para a qual deve convergir a sua organização administrativa e acadêmica, seus recursos materiais e seu corpo docente, fundamentando-se para isto nos seguintes princípios quanto: aos fundamentos éticos-políticos; a competência profissional; a autonomia; ao respeito; a religiosidade e aos fundamentos didático-pedagógicos. No que se refere à Competência Profissional estão listadas no Projeto:

A- A capacidade de intervir na rotação homem-ambiente preservando os valores ambientais e culturais;

B- Garantir nos cursos a adequação dos conteúdos à realidade amazônica para a formação de um profissional integrado a realidade local e globalizado;

C- Garantir e possibilitar a formação humana, política e socioeconômica;

D- Desenvolver a capacidade de apropriar, construir e reconstruir o conhecimento de forma a intervir na realidade em busca da consolidação da cidadania;

E- Desenvolver a capacidade de leitura das diversas realidades que o rodeia.

É totalmente VERDADEIRO afirmar que:

- a) As questões A e B estão corretas.
- b) Apenas a questão D está incorreta.
- c) As questões A, B, D e E estão corretas.
- d) Apenas a questão E está incorreta.
- e) Todas as questões se complementam, portanto, estão corretas.